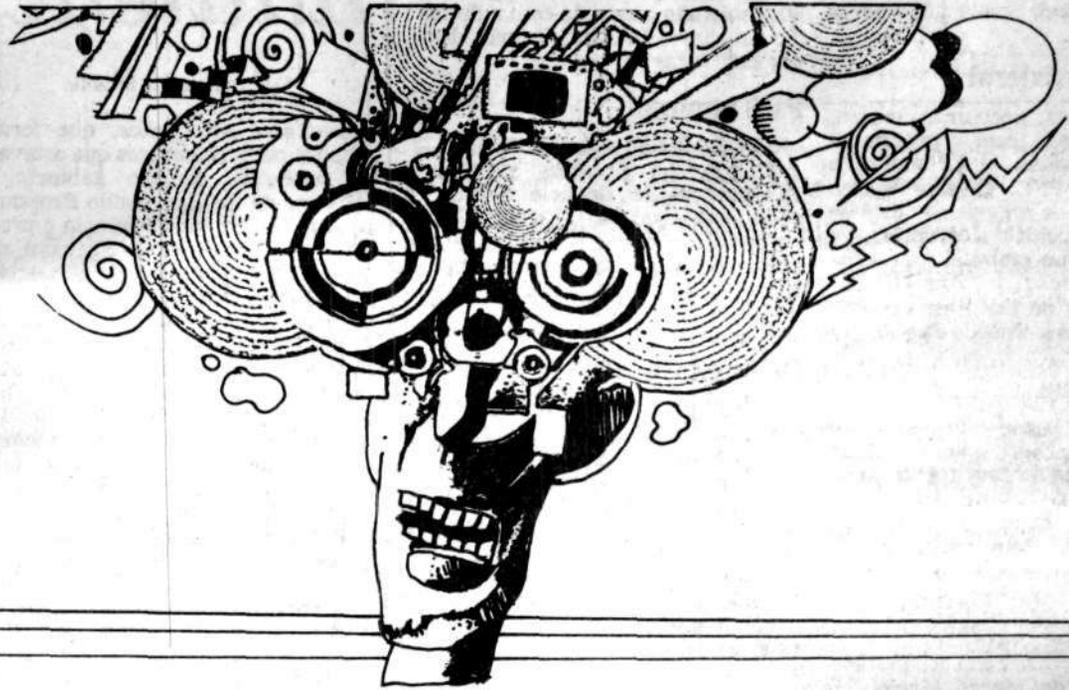


# Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



## Constituinte e horizonte

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO

**S**omos uma sociedade sem compromisso com a realidade, onde o charme está em colocar algo no horizonte inatingível e criticar qualquer alternativa viável ou todas as soluções possíveis. Em geral, a negação unifica os mais diferenciados pensamentos.

Assim se consegue um discurso quase unânime de que a distribuição de rendas é injusta, a escala salarial é das mais agudizadas e desequilibradas do mundo, não é possível continuar a ser a oitava economia e um dos maiores bolsões de miséria entre as nações... mas, na hora de qualquer medida, somente se quer distribuir a riqueza dos outros, encontra-se desculpa ideológica até para o salário de marajá e não se abre mão do menor dos privilégios. O sentimento corporativista domina e a mudança concreta não acontece pelos egoísmos individualistas ou de categoria.

Vamos fazer um exercício de imaginação? A linguagem de esquerda hoje no Brasil preconiza a estatização do sistema bancário. Se um governo ousasse tal providência, no dia seguinte teria violenta oposição igualmente à direita e à esquerda; sindicalistas e movimentos populares não aceitariam a necessária reciclagem de emprego porque passariam milhares de bancários, pois sem esta é inviável qualquer programa sério de estatizar bancos no país! O corporativismo soaria muito acima do interesse global ou da visão de sociedade que tenham.

Também do outro lado. Nossos empresários preconizam um capita-

lismo moderno e exemplificam com nações desenvolvidas e outras companheiras do clube das dez mais, para defender privatização, livre empresa etc. Mas, na hora de pagar a conta do "capitalismo moderno" não conseguem verificar a diferença enorme em direitos sociais que separa o Brasil de países que estão junto dele entre as maiores economias. Esquecem que o preço deste tipo de sociedade é a qualidade de vida ascendente, são os direitos sociais dos trabalhadores, ou ela não teria se mantido nas nações do Oeste Europeu ou nos Estados Unidos.

Esta sociedade do discurso no horizonte, da pregação mudancista em que ninguém cede nada no concreto, está agora diante da equação grave de um processo constituinte. Nele, a verdade surge. É preciso responder, escrever o preto no branco, bater o martelo da decisão. E estamos a assistir um espetáculo quixotesco.

Nossos capitalistas vieram logo querendo negar até as conquistas do começo do século: direitos sociais na Constituição. A jornada de trabalho que constou das Constituições de 34, 37, 46 e 67 (oito horas diárias e um dia de descanso obrigatório, isto é, jornada máxima de 48 horas semanais) passou a ser considerada tema "não-constitucional" e alguém até sugeriu que a norma poderia atrapar acordos coletivos, como se a presença de uma garantia mínima na Constituição —através da previsão da jornada máxima permitida— impedisse que por dissídio ou acordo

coletivo seja implementado para uma categoria tempo menor de trabalho. A estabilidade aos dez anos foi sacrificada após o Movimento de 1964 e, é óbvio, que no primeiro momento de abertura ela seria discutida a fundo e bandeira geral. Não queremos nossos empresários discutir qual a garantia de emprego possível, como compatibilizar a estabilidade com aspectos da economia nacional; querem simplesmente manter o iníquo sistema atual, intolerável em qualquer país mais civilizado. Mais uma vez não olham para o lado do progresso social. Acreditam que é possível fazer um processo constituinte em 1987, nesta oitava economia do mundo, e não acrescentar nenhuma realidade explosiva...

E os proprietários rurais? Não aceitam a função social como causa de desapropriação, qualquer limitação ao direito de propriedade e sequer mecanismos que agilizem a posse de terras desapropriadas. É isto possível no mundo contemporâneo? Até o general Figueiredo, com sua agressiva sinceridade, racionou a respeito de que querem mesmo é impedir qualquer programa de reforma fundiária ou agrária.

Já a nossa esquerda, sempre tão conflitada, tem demonstrado toda a sua capacidade de radicalização no detalhe, de falta de negociação e composição e de agressões sem objetivo. Com a vaia, impediram um bom andamento para a campanha das diretas em 88, dividindo o palanque e a platéia e enfraquecendo o movimento. Vaiam o presidente da

Assembleia Nacional Constituinte no ato de entrega de algumas das mais importantes emendas populares e com isto impedem que tenha sido valorizada corretamente uma proposta como a que diz respeito à reforma agrária e que vinha respaldada por mais um milhão de assinaturas; foi substituída como dona da festa pelo "traidor" dirigido a um personagem político. Se um constituinte vota algumas teses importantes com os progressistas e em uma discorda, é logo condenado a todo o tipo de desacatos; perde aliados. Até um parlamentar de região de proprietários rurais e que votou, talvez com custo eleitoral, sempre nas teses reformistas na subcomissão e na comissão temática respectiva, recentemente foi elencado numa dessas publicações sectárias como da UDR... haja competência!

É o processo constituinte uma das últimas chances do Brasil encontrar uma saída pacífica e organizada para dilemas muito sérios. Já há muito vento plantado e somente uma Constituição moderna, justa, apontando para o progresso e para a solução das desigualdades evitará a colheita de tempestades arrasadoras. A Constituinte não admite adiamento para o encontro entre o discurso e a realidade. É bom que se lembre a progressistas e conservadores, a empresários e líderes sindicais que na Constituinte o horizonte está à mão.

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO, 42, é diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB); foi deputado federal (PMDB-RS) e presidente da Fundação Pedrosa.